

AGIR

PELOS DIREITOS HUMANOS

HABITAÇÃO

UM DIREITO QUE CONTINUA SEM TETO

ESCOLAS AMIGAS

Ermesinde
comemora Abril

BOAS NOTÍCIAS

Libertados quatro
ativistas

APP +AMNISTIA

Saúde mental e
Direitos Humanos

NESTA EDIÇÃO:



06

Dossiê Habitação



14

Apelos Mundiais



16

Estratégia Ativismo



18

EADH - Liberdade



22

Boas Notícias



24

App +Amnistia



26

Rostos de Ativismo



Foto de capa:
© Maria João Gala e Adriano Miranda

FICHA TÉCNICA

Propriedade: Amnistia Internacional Portugal

Diretor: Pedro A. Neto

Equipa Editorial:

Direção - Paulo Fontes

Coordenação - Vítor Hugo Carmo

Grafismo - Paulo Tavares

Paginação - César Rodrigues

Revisão: José Alexandre Silva e Guilherme Malaquias

Impressão: Gráfica Manuel Barbosa & Filhos, Lda.

AMNISTIA
INTERNACIONAL 

CONTACTOS

Amnistia Internacional Portugal
Rua Dr. José Joaquim de Almeida, 2, 3º A e B,
2780-337 Oeiras

aiportugal@amnistia.pt

revista@amnistia.pt



www.amnistia.pt



facebook.com/amnistiapt



twitter.com/AmnistiaPT



instagram.com/amnistiapt

Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus signatários. Excluída de Registo pela ERC

A Habitação. É um direito de todos?

A Constituição da República Portuguesa consagra, no seu 65.º artigo, o direito à habitação, que assume que “todos têm direito para si e a sua família a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto, e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”.

Hoje, em Portugal, e não só nos centros urbanos, sabemos que não é bem assim. Somos confrontados, quando menos esperamos, com alguém a dormir numa tenda, ou em espaços entre prédios ou à porta de edifícios abandonados, tentando naquele espaço exíguo fugir ao frio e à chuva, e à vergonha de estar numa situação que não quer.

Nesta Agir, a Amnistia Internacional apresenta parte de uma mostra que preparou para o número 6 da revista Humanista sobre a habitação e “os desafios e injustiças” que muitos sofrem na pele, enquanto tentam dar a melhor educação e as adequadas condições de vida aos filhos, aos netos, aos familiares mais velhos e dependentes.

Pelo olhar de nove fotojornalistas, apresentamos então uma pequena radiografia de algumas situações, por

todo o país, da necessidade de existir políticas que, efetivamente, respeitem, protejam e garantam uma habitação condigna como um direito humano de todas as pessoas, sem exceção.

Nesta edição da Agir também há espaço para Boas Notícias, entre elas a do defensor ambiental mexicano Miguel López Veja, que foi finalmente absolvido de todas as acusações que pendiam sobre si desde 30 de outubro de 2019, por participar num protesto pacífico para exigir a suspensão da construção de sistema de drenagem na sua comunidade.

Por outro lado, apelamos também à libertação de quatro ativistas angolanos – Adolfo Campos, Tanaice Neutro, Gildo das Ruas e Pensador – detidos desde 16 de setembro, e condenados três dias depois a dois anos e cinco meses de prisão, enquanto aguardavam uma manifestação pacífica de solidariedade. Por último, continuamos a dar voz aos nossos membros e apoiantes, que estão do nosso lado em todos os momentos, pugnando por um mundo mais justo e solidário. Na rubrica “Rostos do Ativismo”, Rui Romão explica-nos, na primeira pessoa, o que o levou a tornar-se apoiante da Amnistia Internacional – Portugal.





© Amnistia Internacional

Na madrugada do dia 7 de outubro de 2023, o Hamas, grupo armado palestino, desencadeou um ataque a partir da Faixa de Gaza ao disparar cerca de 5 mil rockets na direção do sul e centro de Israel. A operação incluiu ainda a incursão de milicianos armados por terra e um ataque ao Festival Nova Music, bem como a inúmeras áreas residenciais, com o rapto de cerca de 250 civis, feitos reféns pelo Hamas.

As autoridades israelitas retaliaram ao final do dia 8 de outubro, bombardeando a Faixa de Gaza numa operação denominada “Espadas de Ferro”. Desde essa altura já morreram mais de 30 mil pessoas em Gaza, maioritariamente crianças, num conflito que dura já há oito meses.

DOSSIÊ HUMANISTA

UM DIREITO QUE CONTINUA SEM TETO



O bairro da Estrada Militar da Damaia foi erigido no início da década de 60, com barracas de madeira e zinco, que acabaram por dar lugar às construções em tijolo.

Foto: Ana Brígida



A 6ª edição da revista Humanista mergulha a fundo no direito à habitação, trazendo à luz os desafios e as injustiças que muitos enfrentam ao tentar encontrar um lar seguro e digno em Portugal.

A Amnistia Internacional mapeou locais em vários distritos onde o direito à habitação está a ser dramaticamente afetado e através do olhar de nove fotoperiodistas – Ana Brígida, Paulo Pimenta, Maria João Gala, Filipa Rosa, Mário Cruz, Rui Soares, José Fernandes, Adriano Miranda e João Porfírio - apresenta narrativas de resistência e resiliência. As fotografias não são apenas composições artísticas, mas também espelhos que refletem a verdade nua e crua sobre a depauperação do direito a uma habitação adequada no nosso país.

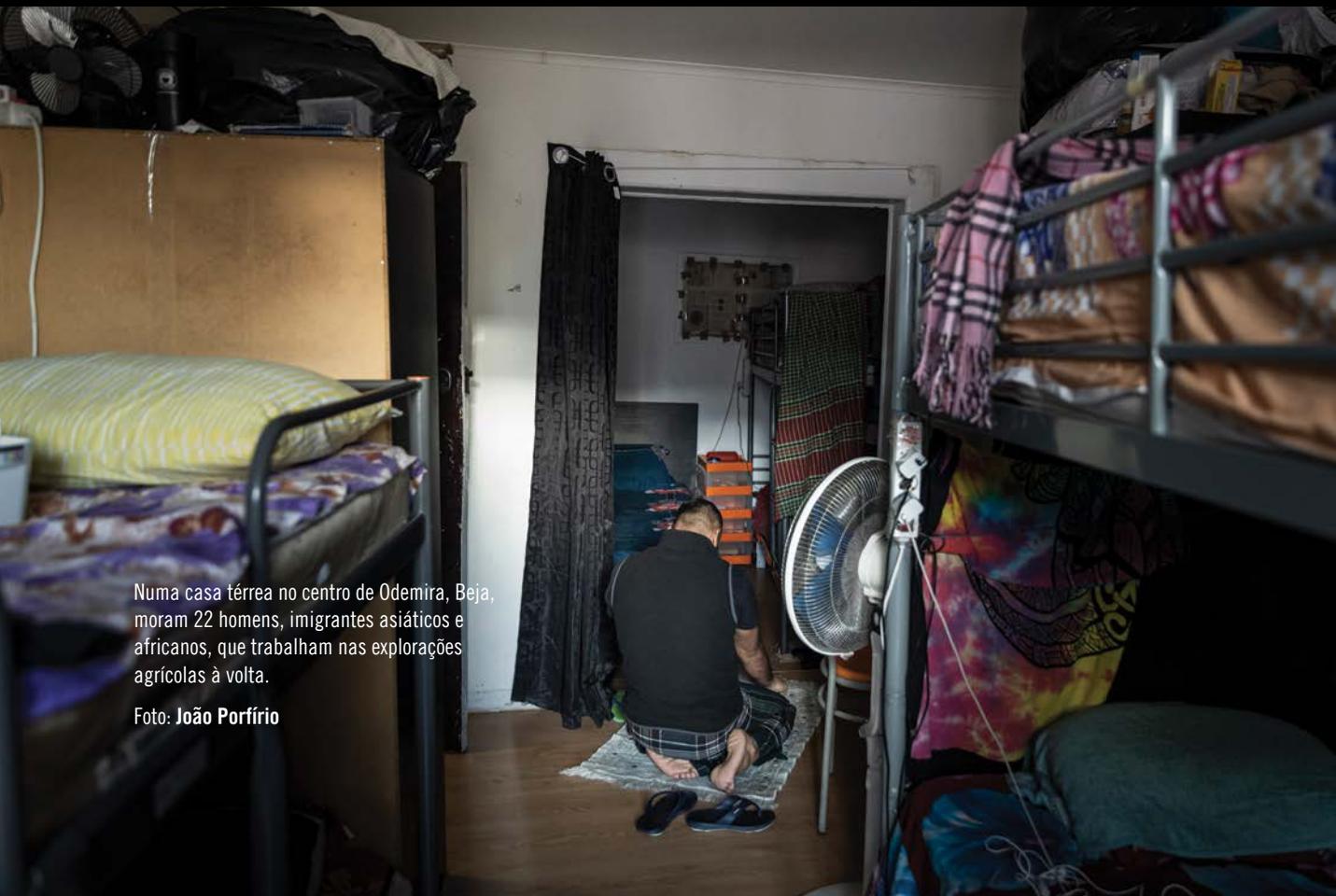
Rostos marcados pela incerteza, crianças que brincam entre ruínas, idosos solitários a enfrentar o frio da noite. Cada imagem conta uma história de luta, esperança e, muitas vezes, de desespero.

Este trabalho culminará numa exposição de fotografia organizada pela Amnistia Internacional (em data a anunciar), uma oportunidade para trazer estas narrativas para o centro dos distritos percorridos, para permitir que as vozes silenciadas ecoem pelos corredores do poder e alcancem os corações daqueles que o detêm. Nos locais onde o trabalho foi desenvolvido, as fotografias serão catalisadores para a ação, lembrança constante do trabalho que ainda há a fazer.



O surgimento de mais Alojamentos Locais na Calheta de Pero Teive, em Ponta Delgada, pode ter causado uma gentrificação, onde os custos de habitação aumentam devido à especulação imobiliária e à transformação do tecido social e cultural do bairro.

Foto: Rui Soares



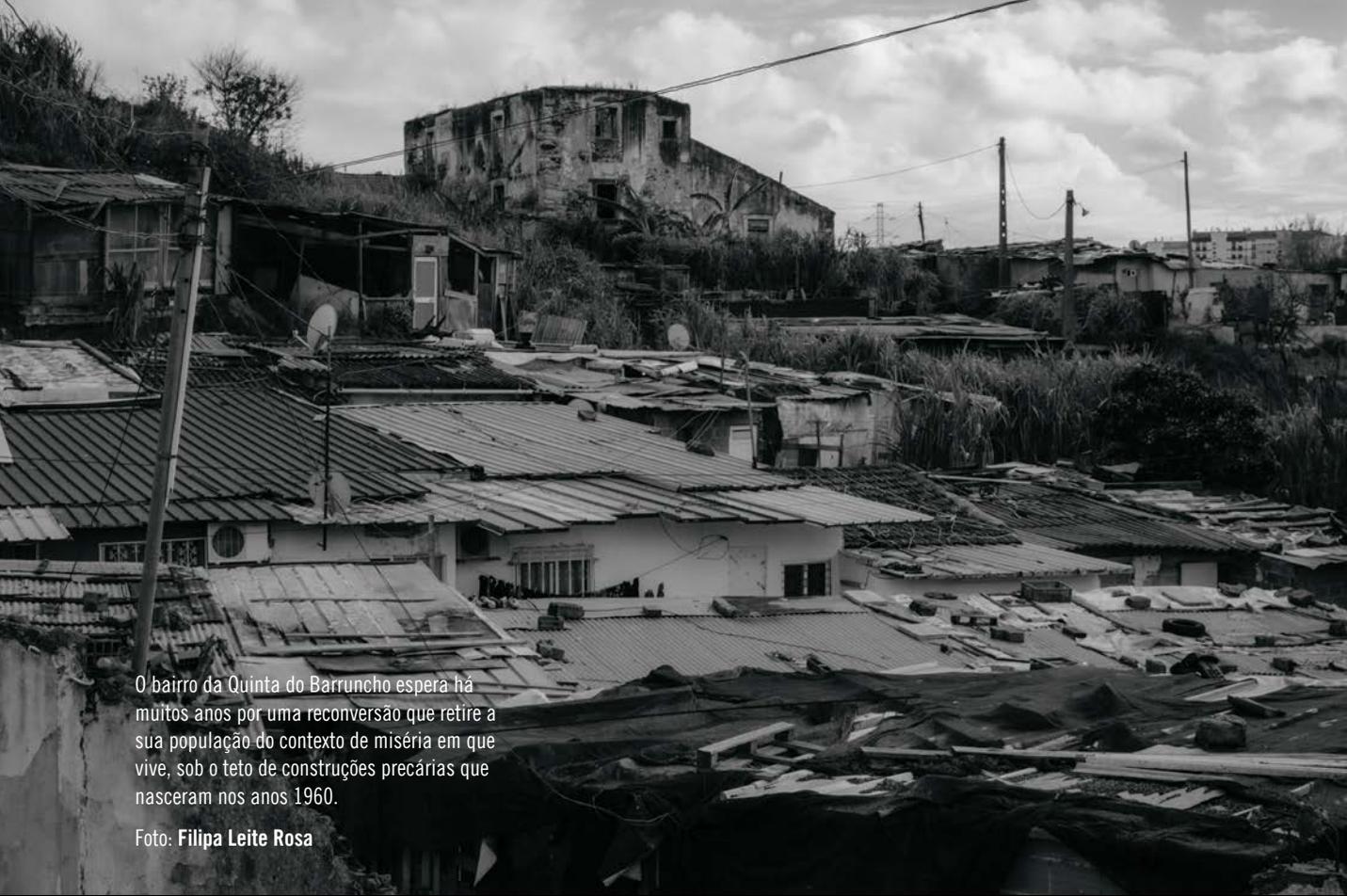
Numa casa térrea no centro de Odemira, Beja, moram 22 homens, imigrantes asiáticos e africanos, que trabalham nas explorações agrícolas à volta.

Foto: João Porfírio



No Porto, na zona de Campanhã, várias famílias enfrentam severas dificuldades e continuam a viver sem condições dignas de habitação.

Foto: Paulo Pimenta



O bairro da Quinta do Barruncho espera há muitos anos por uma reconversão que retire a sua população do contexto de miséria em que vive, sob o teto de construções precárias que nasceram nos anos 1960.

Foto: **Filipa Leite Rosa**



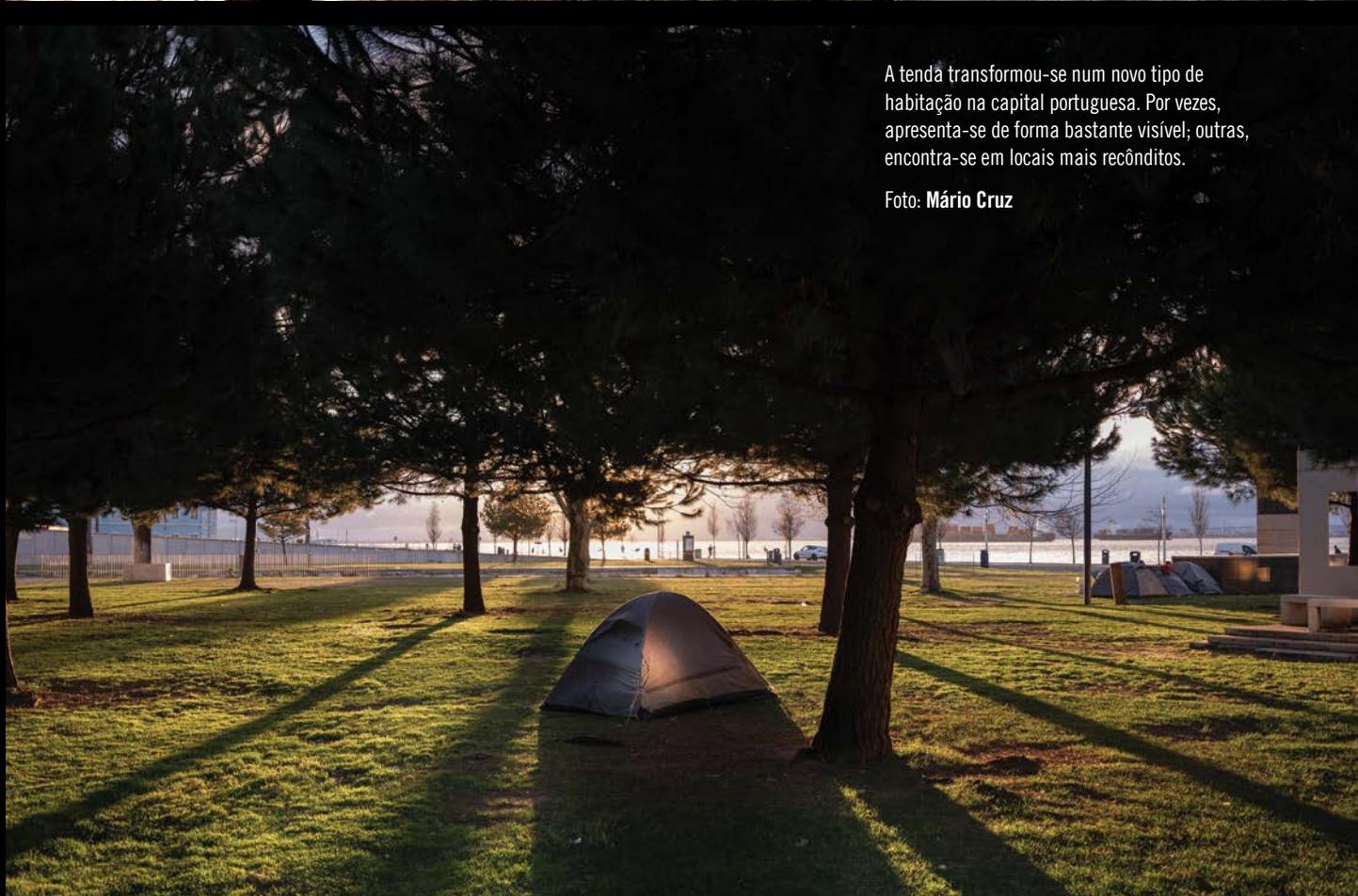
A Quinta da Amoreira localiza-se na freguesia do Alto do Seixalinho, no Barreiro, e é composta por casas e por barracas que servem de habitação.

Foto: **José Fernandes**



Na comunidade cigana de Ovar, Aveiro, as rugas do patriarca contam histórias sem falar. Das casas que foram, das casas que virão.

Foto: Maria João Gala e Adriano Miranda



A tenda transformou-se num novo tipo de habitação na capital portuguesa. Por vezes, apresenta-se de forma bastante visível; outras, encontra-se em locais mais recônditos.

Foto: Mário Cruz



NOTÍCIAS DA DIREÇÃO

A NOSSA VOZ NO MOVIMENTO

No dia 7 de outubro de 2023, o conflito entre o Estado de Israel e o Hamas e outros grupos armados intensificou-se, reacendendo mais uma vez uma situação que permanece desde há décadas. Ataques ilegais, indiscriminados e desproporcionais a civis e a infraestruturas civis, fazem das pessoas reféns da sua própria terra. Chegámos infelizmente ao ponto de assistirmos a uma catástrofe humanitária na Faixa de Gaza, o que nos faz questionar: o que aconteceu durante estes anos e qual a solução?

As resoluções da ONU não anteviram e era difícil imaginar que este conflito se prolongasse até hoje.

O bloqueio da Faixa de Gaza desde 2007 e o sistema de *apartheid* das autoridades de Israel contra os palestinianos tem sido uma das principais fontes de ameaça e constitui um fator de conflito entre palestinianos e israelitas. Ali, conhecem-se israelitas e palestinianos, mas sempre em separado. Na Faixa de Gaza, 2,4 milhões de pessoas foram confinadas a

um espaço restrito. Na Cisjordânia, foi construído um muro com uma extensão de mais de 700 km. Exemplos desta separação podem-se testemunhar em Nabi Saleh, uma pequena vila palestiniana, comunidade beneficiária da Maratona de Cartas da Amnistia Internacional em 2013. Ambos os lados se evitam e assim se constroem também muros de medo entre as pessoas. Durante todo este tempo, formaram-se defesas e redomas e não existe um diálogo, curiosamente uma das palavras que mais se devia

pronunciar quando se fala em resolução de conflitos. Estão tão perto, mas ao mesmo tempo tão longe. Esta é a relação que existe: uma barreira enorme, transposta numa relação entre soldados e civis.

O escalar do conflito desde dia 7 de outubro, tanto pela tomada de reféns por parte do Hamas e outros grupos armados que cometem atos de terror, como pela reação desproporcional de Israel, causaram violações de Direitos Humanos e do Direito Internacional Humanitário.

Violações gravíssimas que também a nós, enquanto organização, nos criaram desafios em termos de tomada de posição. A Direção Internacional, por recomendação da Secretária-geral, depois de ponderar internamente na tomada de posição da Amnistia Internacional, decidiu fazer uma consulta às várias entidades que compõem o movimento. Também nós, secção portuguesa, fomos chamados a dar o nosso contributo para essa discussão.

O que estava em causa era saber se a Amnistia Internacional deveria tornar público e peticionar um apelo, excecional no âmbito do seu trabalho de não pronúncia sobre guerras ou disputas territoriais: o cessar-fogo entre as partes em conflito. Se à primeira vista esta parece ser quase uma não questão, uma vez que a Amnistia Internacional tem uma clara posição pela paz e pela cessação das violações de Direitos Humanos, havia questões técnicas, jurídicas e políticas a ponderar, nomeadamente o risco de uma “colagem” da organização a um dos lados do conflito, bem como a abertura de precedentes em termos de apelos a cessares-fogo. Precisamente por estas questões, a Amnistia Internacional fez aprovar num *International Council Meeting* em 2005, uma política que define a excecionalidade destes apelos, bem como define, claramente, os critérios

que têm de estar verificados para que esse apelo excecional se possa efetivar. Esses dois critérios são: nenhuma das partes em conflito fique em vantagem significativa em resultado da concretização do cessar-fogo; e que este sirva para fins determinados e específicos, como a efetivação da ajuda humanitária, a possibilidade de corredores humanitários seguros e a investigação no terreno de possíveis violações do direito internacional e dos direitos humanos. Torna-se claro que temos de ser cautelosos, pois a nossa força, que advém da nossa imparcialidade e independência, não pode ficar afetada por uma tomada de posição de repercussões internacionais, assim como os nossos apelos têm de estar bem definidos em termos de intenções, para que não possam ser instrumentalizados no futuro, para que não se entendam como meros conjuntos de ideias vagas, mas como objetivos bem definidos e estruturados, dentro do âmbito próprio do direito internacional e das instituições que o regulam e efetivam.

Este foi o desafio da Direção em outubro, aquando dessa consulta, perceber se um apelo ao cessar-fogo entre Israel e o Hamas, se encontrava dentro dos critérios definidos na política de 2005, pois a Direção Internacional apenas emitiria esta posição do Movimento caso este, na sua maioria, lhe desse sustentação e definição. Em conjunto, Direção e Diretor Executivo refletiram e construíram a sua posição, que foi dada a conhecer à Direção Internacional e que versava o seguinte: entendemos com clareza que estariam cumpridos os dois critérios da política de 2005, sabendo de antemão que o primeiro, que garante a imparcialidade, por não colocar nenhuma das partes em vantagem, seria sempre o mais difícil de averiguar, sabendo também que os benefícios compensavam os riscos. De facto, na situação em apreço, esse risco era potenciado pela circunstância de o Hamas deter como reféns cidadãos

israelitas, pelo que essa ponderação tinha de ser tida em conta, sendo que a nossa visão foi a já mencionada, de que os benefícios do cessar-fogo seriam sempre maiores do que os riscos de vantagem ao Hamas e outros grupos armados perante a força beligerante do exército israelita.

A nossa posição também colocou em relevância outras questões: se, por um lado afirmamos que estariam preenchidos os dois critérios da política, fomos mais longe, por uma questão de garantia e segurança, acrescentando que, na posição internacional de apelo ao cessar-fogo, devia estar explicitado que associado a este estariam também o apelo à libertação dos reféns israelitas, o cumprimento e efetivação da ajuda humanitária no terreno, a investigação por parte de peritos internacionais e o cumprimentos de todas as convenções internacionais que regulam os conflitos armados, nomeadamente a Convenção de Genebra. Esta nossa recomendação acabou por estar incorporada na posição oficial do Movimento, que obteve o apoio de uma expressiva maioria de secções. Assim verificamos que as nossas vozes alcançam o mundo e, como no dito popular, “qualquer bocadinho acrescenta” e melhora, pelo que os contributos de todos/as serão sempre importantes. Juntemos as nossas vozes, porque somos sonhadores/as, acreditamos num mundo sem guerras, em que todas as pessoas usufruem dos direitos humanos num contexto de paz. Apelamos que assinem a nossa petição exigindo um cessar-fogo imediato por todas as partes, a fim de libertar todos os reféns, pôr termo ao sofrimento dos civis e garantir o acesso da ajuda humanitária à Faixa de Gaza. Só depois disto se poderão começar a falar das causas profundas deste conflito e assim então, abrir caminho à tão desejada construção de uma Paz duradoura naquela região historicamente tão sofrida.



ANGOLA

LIBERDADE PARA OS QUATRO ATIVISTAS PRESOS EM ANGOLA

A 16 de setembro de 2023, quatro ativistas angolanos - Adolfo Campos, Gildo das Ruas, Pensador, e Tanaice Neutro - foram detidos enquanto aguardavam para participar numa manifestação pacífica de solidariedade com os mototaxistas - previamente notificada às autoridades - em Luanda.

A 19 de setembro, foram condenados a dois anos e cinco meses de prisão e a pagar uma multa, pelo crime de “desobediência e resistência às ordens”, isto apesar dos relatos de testemunhas e os vídeos divulgados mostrarem que, no momento da sua detenção, os ativistas estavam deitados no chão, sem resistir. Os recursos e pedidos de Habeas Corpus, entretanto apresentados pelos advogados, continuam sem resposta.

Detidos em condições precárias, o estado de saúde dos ativistas tem-se vindo a deteriorar de dia para dia, especialmente no caso de Tanaice Neutro e Adolfo Campos. Também as visitas da família lhes têm sido negadas, sendo que apenas Gildo das Ruas está a receber visitas sem restrições.

Junte-se a este apelo para que as autoridades angolanas assegurem a libertação imediata dos quatro ativistas e garantam que a sua condenação seja anulada, respeitando o direito à liberdade de expressão, e parando a repressão de ativistas e defensores dos direitos humanos em Angola.

PARTICIPE

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine *online* em:



amnistia.pt/peticao/liberdade-para-os-quatro-ativistas-presos-em-angola



UCRÂNIA

JUSTIÇA PARA AS VÍTIMAS DA AGRESSÃO RUSSA À UCRÂNIA

Passaram mais de dez anos sobre anexação ilegal russa da Crimeia e da ocupação das regiões de Donetsk e Luhansk. Desde 2014, os combates resultaram na morte ou ferimento de mais de 10 000 civis. Nas áreas ocupadas, as forças russas suprimiram toda a dissidência através de represálias, incluindo desaparecimentos forçados e a proibição de meios de comunicação social livres e da educação ucraniana.

Em 2022, a Rússia iniciou a invasão em larga escala da Ucrânia, um ato de agressão e um crime ao abrigo do direito internacional. Desde o início, as forças russas têm efetuado ataques indiscriminados que resultaram em milhares de vítimas civis, entre provas crescentes de outros crimes de guerra, incluindo tortura e violência sexual. A agressão conduziu a violações dos direitos à habitação, à saúde e à educação.

Nos últimos dez anos, a população ucraniana sofreu inúmeras atrocidades e graves violações dos direitos humanos, enquanto enfrentava a guerra. As vítimas e os sobreviventes da agressão russa devem poder ver os seus direitos à verdade, à justiça e às reparações respeitados.

Apele ao Governo português que exija que todos os responsáveis por violações graves dos direitos humanos e por crimes de direito internacional, cometidos no âmbito da agressão russa à Ucrânia, sejam julgados.

PARTICIPE

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine *online* em:



amnistia.pt/peticao/justica-para-as-vitimas-da-agressao-russa-a-ucrania



POLÓNIA

A CONDENAÇÃO DE JUSTYNA WYDRZYŃSKA TEM DE SER ANULADA

Foi a experiência de Justyna Wydrzyńska ao fazer um aborto sem apoio, nem acesso a informação fiável, que lhe deu a força e motivação para ajudar os outros a tomarem decisões informadas acerca dos seus direitos reprodutivos. Justyna co-fundou a Abortion Dream Team um coletivo ativista que faz campanhas contra o estigma do aborto na Polónia, onde as leis que regulam o aborto estão entre as mais restritivas na Europa.

Depois de tentar ajudar uma mulher que vivia uma relação abusiva na qual tinha engravidado, em novembro de 2021, o ministério público apresentou uma queixa contra Justyna por “apoiar o aborto”. Em março de 2023, Justyna foi considerada culpada e condenada a oito meses de serviço comunitário. Os seus advogados apresentaram recurso.

A condenação de Justyna constituiu um grave precedente. Sem o apoio e informação fidedigna que ela e outros ativistas fornecem, pessoas como a que Justyna ajudou ficariam sozinhas e sem acesso ao aborto seguro. Demonstrando a sua coragem apesar da hostilidade que enfrenta, Justyna diz: *“Fui guiada pela vontade de ajudar quando ninguém mais queria ou podia ajudar. Para mim, ajudar foi a coisa óbvia, decente e honesta a fazer”*.

Exija ao procurador-geral da Polónia para tomar todas as medidas necessárias para assegurar que a condenação injusta de Justyna é anulada.

PARTICIPE

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine *online* em:



amnistia.pt/peticao/justyna



ANGOLA

JUSTIÇA PARA AS VÍTIMAS DAS FORÇAS DE SEGURANÇA DURANTE AS MANIFESTAÇÕES

Com a declaração do estado de emergência em Angola para controlar a propagação da Covid-19, as forças de segurança angolanas em várias províncias recorreram à força desnecessária, excessiva, abusiva e até letal para lidar com as infrações às medidas de saúde pública e as manifestações pacíficas.

Entre março e novembro de 2020, a Amnistia Internacional e a OMUNGA, uma organização angolana, denunciaram vários homicídios cometidos pelas forças de segurança angolanas, nomeadamente agentes da Polícia Nacional de Angola e das Forças Armadas Angolanas.

Quatro anos após a morte destas jovens vítimas, até à data apenas duas das forças de segurança do Estado suspeitas da autoria destes crimes foram condenadas. As outras forças de segurança do Estado responsáveis não foram chamadas a prestar contas e as vítimas e as suas famílias não tiveram acesso à justiça e a vias de recurso eficazes. Dos dois agentes da polícia condenados, um cumpre pena de prisão de dois anos e três meses, enquanto o outro foi condenado a seis anos e seis meses, mas continua em liberdade.

Junte-se ao apelo para que as autoridades angolanas julguem de forma independente e imparcial os culpados e garantam que os manifestantes possam exercer livremente os seus direitos à liberdade de expressão e de reunião pacífica.

PARTICIPE

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine *online* em:



amnistia.pt/peticao/justica-para-as-possuas-mortas-pelas-forcas-de-seguranca-durante-as-manifestacoes



CONSTRUIR, EM CONJUNTO, UMA ESTRATÉGIA DE ATIVISMO PARA A SECÇÃO

Ao longo de 2023 foi mapeada, nas Assembleias Gerais, a necessidade de definir uma Estratégia de Ativismo para a nossa secção. Por iniciativa da direcção foi criado um grupo de trabalho, composto por membros, apoiantes e ativistas de várias idades e com diferentes percursos dentro da Amnistia, para funcionar como motor desta iniciativa.

O grupo de trabalho começou por reunir, no final de 2023, com profissionais do Secretariado Internacional do movimento e delineou um plano para construir a Estratégia ao longo do ano 2024 e, assim, apresentá-la à próxima Assembleia Geral de dezembro. Um dos princípios deste plano é ouvir várias vozes dentro da nossa secção de forma a chegar

a um documento útil, relevante e representativo.

O primeiro passo, dado no primeiro trimestre do ano, foi lançar uma consulta *online* aberta a membros, apoiantes, ativistas das estruturas operacionais, do MAPA (o espaço online para jovens ativistas da Amnistia Internacional) e das Escolas Amigas dos Direitos Humanos. A consulta, realizada através dum inquérito, centrou-se na definição de ativismo, na visão da Estratégia até 2030 e em perceber até que ponto as pessoas ligadas à Amnistia Internacional se identificam enquanto ativistas.

Os resultados foram além das expectativas do grupo de trabalho,





ESCOLAS AMIGAS DOS DIREITOS HUMANOS

DE PORTUGAL PARA LONDRES, NO CAMINHO DA EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS

No ano em que se comemoram 50 anos do 25 de Abril, a Liberdade tinha de estar em destaque no programa Escolas Amigas dos Direitos Humanos (EADH), que junta 13 escolas de todo o país. A Campanha Protege a Liberdade tem sido mote de muitas atividades já desde o ano passado, mas refletir sobre este valor essencial dos direitos humanos era obrigatório também no Desafio EADH de 2024.

Esta iniciativa anual, que pretende envolver toda a comunidade educativa em atividades que se realizam em simultâneo em todas as escolas,

aconteceu na semana de 22 a 26 de abril – cravos, exposições, sessões de poesia, música, desfiles, debates, testemunhos, trabalhos e concursos encheram as escolas para lembrar que a liberdade precisa de ser cuidada e protegida todos os dias.

No texto da Escola Secundária de Ermesinde, nas páginas seguintes, conhecemos em pormenor o que aconteceu nesta escola, pelas vozes de muitas das pessoas da comunidade educativa, que realçam a importância da participação de todos na “*oportunidade de espalhar a alegria do 25 de Abril e da liberdade*”.

Neste período lançámos também o Instagram das EADH, um espaço de partilha entre as escolas, mas também um canal de divulgação do Programa. Siga-nos em [@escolasamigasdireitoshumanos](https://www.instagram.com/escolasamigasdireitoshumanos) e conheça não só o que foi feito neste Desafio, como também o trabalho das escolas que assumiram connosco o compromisso de construir uma cultura de direitos humanos. Todos os dias!



A Escola é um espaço onde se impõe falar de Direitos Humanos. O Agrupamento de Escolas de Ermesinde tem pautado a sua ação pela transmissão dos valores de defesa, respeito e prática desses direitos, desenvolvendo há anos o Projeto Direitos Humanos/Amnistia Internacional, com atividades diversas, como a Maratona de Cartas que, este ano, obteve 1926 assinaturas. Mas há sempre forma de fazer mais... e surgiu o Programa Escolas Amigas dos Direitos Humanos.

O desafio de construir um mural interativo sobre Liberdade foi acolhido com muito entusiasmo, por promover o trabalho em rede com outras escolas, a partilha de ideias e a construção de uma mensagem comum, mais abrangente e impactante.

Nesta tarefa, envolvemos toda a comunidade educativa, numa rede de colaboração: alunos de todos os ciclos, docentes, assistentes técnicas e operacionais, famílias, todos foram convidados a colaborar para o nosso mural com flores de papel. Pedimos flores e recebemos um jardim.

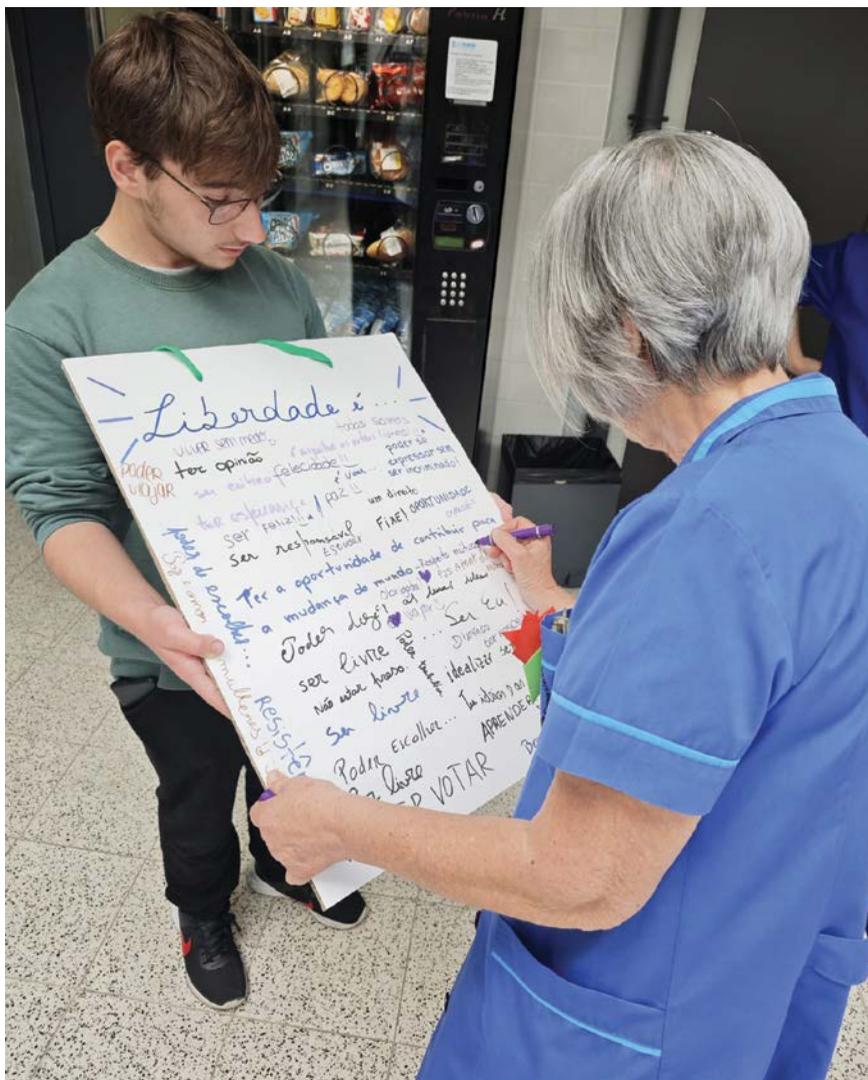


A D. Fernanda Vieira, assistente operacional, aceitou o desafio com uma alegria contagiante, pois “A Liberdade conquistada tem de ser apreciada, usufruída e cuidada para nunca desvanecer”, opinião espelhada no mural. A D. Ana Gabriela refere que “Como funcionária desta escola, foi com muito orgulho que aceitei este desafio pela primeira vez. Todos nós apelamos urgentemente à liberdade, ao respeito, ao fim da repressão e da desigualdade”.

A professora Alice Sanches, coordenadora do Projeto DH/AI, disse sentir-se “lisonjeada pela participação ativa de todos na construção do mural, sobretudo quando se celebram os 50 anos do 25 de Abril e da conquista da liberdade em Portugal. A alegria dos alunos na entrega das flores e as fotografias do trabalho em família mostraram como se sentiram integrados num objetivo comum. No dia 24 de abril, todos viram a palavra “Liberdade” e puderam dizer “ali está um bocadinho de mim”, “ali está a minha flor”. É como a Liberdade; só é possível se todos colaborarmos, se nos respeitarmos em espírito de fraternidade. Afinal, a liberdade é de todas as cores, formas, feitios e tamanhos”.

A nossa diretora, Ana Cortez, assume: “para o Agrupamento, foi muito desafiante abraçar o desafio «o nosso mural em flores». A equipa superou-se em ideias, motivação e energia e fez nascer um extraordinário mural, vibrante de cor e luz. Enquadrado por ele, o espaço da atividade comemorativa do Dia da Liberdade juntou alunos, professores e funcionários que, numa só voz, entoaram bem alto o hino à liberdade. Foi um momento muito emocionante e que será, com toda a certeza, recordado por todos”.

Já o ativista João, destaca a relevância do desafio na vida do grupo a que pertence: “foi um momento muito importante para o nosso desenvolvimento social e para a união do grupo EADH e a comunidade.



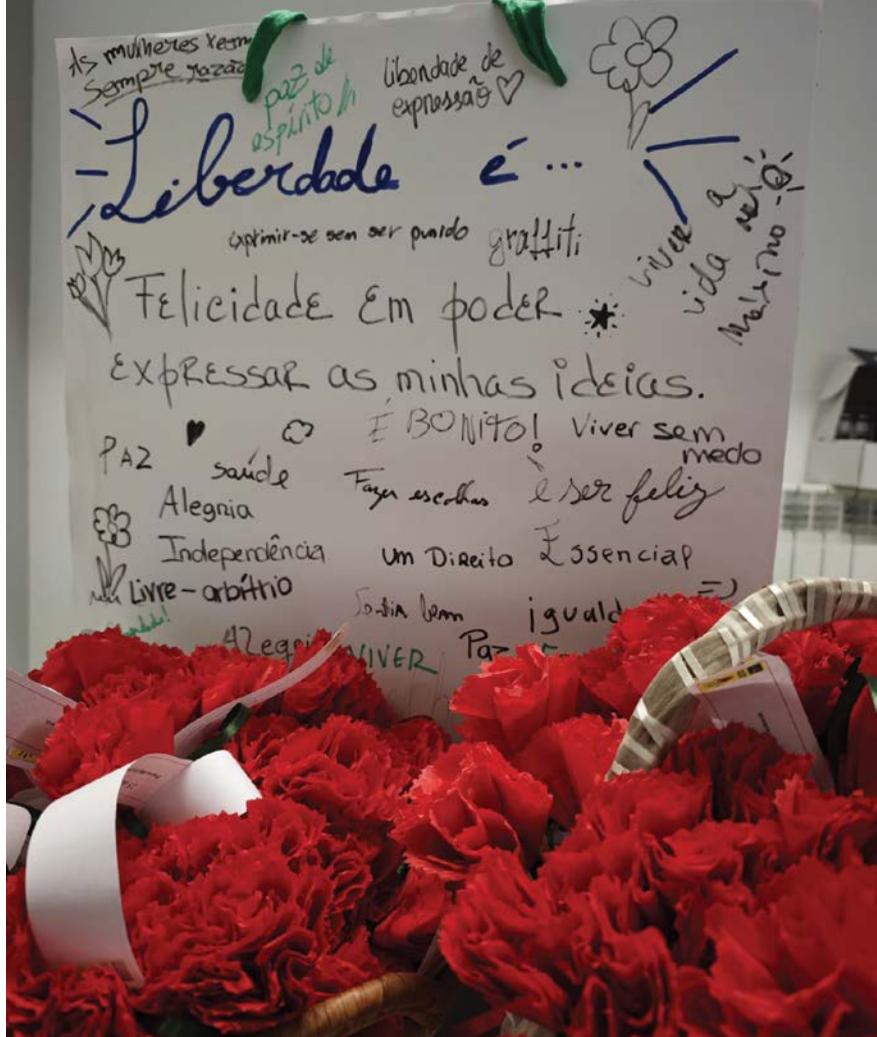
Mas o mural não é só do grupo nem é só da escola. O mural é de quem é ativo na luta pela liberdade e pelos Direitos Humanos. Este mural “desassossegou”. Esta forma de representação da liberdade faz-nos lembrar que a liberdade não é um dado adquirido. Só “desassossegados” conseguimos perceber, respeitar e defender a liberdade.” Para a ativista Mariana, “foi marcante participar neste desafio pela oportunidade de espalhar a alegria do 25 de Abril e da liberdade. O desafio teve um grande impacto na comunidade já que juntou desde crianças da primária a professores e funcionários”.

Neste dia, outras ações aconteceram: ativistas distribuíram cravos feitos por assistentes operacionais, com mensagens sobre Liberdade escolhidas pelo grupo. Alunos circularam com cartazes, solicitando à comunidade que completasse a frase “Liberdade é...”. Todos os ciclos participaram num Kahoot sobre “25 de Abril, Amnistia Internacional e Direitos Humanos”. Vários alunos escreveram cartas de solidariedade para Narges, ativista dos Direitos Humanos privada da sua liberdade. Contámos com nove adultos da Instituição Nuno Silveira – IPSS que participaram em diversas atividades. No final do dia, decorreu uma palestra sobre voluntariado. Um Encarregado de Educação partilhou as suas experiências como voluntário, com a mensagem de que o trabalho em prol da defesa dos direitos humanos é uma missão ao alcance de todos.

Cumprido o desafio, é impossível passar pelo bloco A da nossa Escola sem olhar para o mural da Liberdade, onde a palavra não está escrita a preto, cor da sombra e da opressão, nem a vermelho, cor do sofrimento e do sangue.

É **LIBERDADE** de todas as cores, escrita por todas as mãos, como direito de **TODOS**.

Rita Freitas, Alice Sanches, Antónia Lopes, Fátima Ribeiro
Escola Secundária de Ermesinde





BOAS NOTÍCIAS



Munther Amira libertado da prisão israelita!

A 28 de fevereiro, Munther Amira, um defensor dos direitos humanos e assistente social palestino, foi libertado de uma prisão israelita e, no dia seguinte, o comandante militar israelita cancelou formalmente a sua ordem de detenção.

“Quando o meu advogado me disse, na prisão de Ofer, que a Amnistia Internacional planeava fazer uma campanha sobre o meu caso, isso deu-me muita força - senti que não estava sozinho, que não tinha sido esquecido, que as tentativas de Israel para nos fazer desaparecer atrás das grades, para nos silenciar, não tinham sido bem sucedidas”.

A 18 de dezembro de 2023, Munther

Amira foi brutalmente detido em sua casa, no campo de refugiados de Aida, em Belém. Foi inicialmente detido sob a alegação de que tinha publicado posts incitando à violência no Facebook, mas o Ministério Público não conseguiu apresentar provas credíveis para o acusar e, em vez disso, emitiu uma ordem de detenção administrativa de quatro meses contra ele a 31 de dezembro de 2023. A 11 de janeiro de 2024, um juiz militar israelita carimbou a ordem. Designado como prisioneiro de consciência pela Amnistia Internacional em 2018, Amira foi detido, ameaçado, agredido fisicamente e alvo de numerosas outras ocasiões pelo seu trabalho em matéria de direitos humanos e ativismo político.



O defensor ambiental mexicano Miguel López Vega foi absolvido!

O defensor ambiental mexicano Miguel López Vega foi finalmente absolvido de todas as acusações feitas contra ele relacionadas com a sua participação num protesto pacífico a 30 de outubro de 2019 para exigir a suspensão da construção de um sistema de drenagem na sua comunidade.

Miguel López Vega é um comunicador da Rádio Zacatepec e defensor Nahua da comunidade de Santa María Zacatepec, no estado de Puebla. Juntamente com o

defensor Alejandro Torres Chocolate, foi criminalizado no contexto da luta contra a contaminação do rio Metlapanapa, que estava em risco devido à construção de um sistema de descarga de esgotos para o Parque Industrial Ciudad Textil Huejotzingo.

Numa mensagem de agradecimento enviada, Miguel López Vega afirma: *“Conseguimos um pequeno triunfo nesta luta pela liberdade. Continuem a defender a vida porque não é um crime!”.*



Líder da oposição do Zimbabué libertado

A 30 de janeiro de 2024, o antigo deputado da oposição Job Sikhala foi libertado após 595 dias de detenção arbitrária.

Job Sikhala foi detido com o seu colega líder da oposição Godfrey Sithole e 14 outros homens (coletivamente conhecidos como os “16 de Nyatsime”) a 14 de junho de 2022.

A 3 de maio de 2023, Job Sikhala foi condenado e multado por “obstrução à justiça”. Embora um acórdão do Supremo Tribunal tenha anulado essa condenação em novembro de 2023, Job Sikhala permaneceu na prisão durante esse período, aguardando julgamento pelas acusações de incitamento à

violência e conduta desordeira.

A 30 de janeiro, recebeu uma pena suspensa de dois anos de prisão por incitamento à violência e foi posteriormente libertado após 595 dias de prisão preventiva.

Godfrey Sithole e os outros 14 homens no caso “Nyatsime 16” beneficiaram de fiança em novembro de 2022, mas os 14 homens ainda deverão ser julgados pelas acusações de “incitamento à violência e conduta desordeira”, com motivações políticas. Godfrey Sithole foi também condenado, juntamente com Job Sikhala, por incitamento à violência, tendo-lhe sido aplicada uma pena suspensa de dois anos de prisão.

Jornalista detido arbitrariamente na RDC libertado

A 18 de março, um tribunal de Kinshasa condenou o jornalista Stanis Bujakera Stanis por todas as acusações e sentenciou-o a seis meses de prisão e ao equivalente a uma multa de 400 dólares. Os seus advogados tencionam recorrer da sua condenação para que a sua inocência seja reconhecida. Mas como já cumpriu os seis meses de prisão preventiva, Stanis foi libertado 19 de março.

A 8 de setembro de 2023, Stanis Bujakera foi arbitrariamente detido no aeroporto de N’djili, em Kinshasa, capital da República Democrática do Congo (RDC), quando se preparava para embarcar num voo

para a cidade de Lubumbashi. Esteve detido ilegalmente durante três dias antes de ser colocado em prisão preventiva a 11 de setembro. Os seus telemóveis e computador foram apreendidos e revistados sem mandado. As autoridades acusaram-no (e posteriormente condenaram-no) de “espalhar rumores” e “disseminar notícias falsas” em relação a um artigo que alegam ser da sua autoria.

Stanis divulgou uma declaração, após a libertação, no X/Twitter, na qual agradece a todos os que o apoiaram, incluindo a Amnistia Internacional, e se compromete a continuar a lutar pela sua inocência e pela liberdade de imprensa na RDC.

CONSTRUINDO PONTES ENTRE A SAÚDE MENTAL E OS DIREITOS HUMANOS COM A APP **+AMNISTIA**

Everyone you
meet is fighting
a battle you
know nothing
about



Be kind.
Always.

Num mundo em que as preocupações com a saúde mental são cada vez maiores, algumas empresas e organizações começam a unir forças para oferecer soluções inovadoras que promovam a saúde mental.

Uma dessas parcerias notáveis formou-se recentemente aqui mesmo na Amnistia Internacional Portugal. O objetivo é utilizar a tecnologia para promover tanto a saúde mental como a defesa de Direitos Humanos através da nossa nova app +Amnistia.

Como já tivemos oportunidade de comunicar, a +Amnistia, que será lançada já nas próximas semanas, tem como objetivo conceder descontos junto de empresas e instituições que dão prioridade aos Direitos Humanos e revelam preocupações com Sustentabilidade.

Assim, por cada donativo regular que fizer, ser-lhe-á atribuído 5% desse valor ao seu saldo disponível no seu cartão. Valor esse que poderá utilizar como desconto numa das organizações parceiras da app.

Fomos e continuamos a ser muito criteriosos nas parcerias que fomos estabelecendo, porque queremos muito alavancar negócios e atividades que urgem ter prioridade no mercado de transações comerciais como o conhecemos.

São empresas e organizações que demonstram querer deixar um carimbo positivo, de crescimento e de aprendizagem, tornando efetivamente o mundo num lugar melhor.

E é por isso que lhe queremos dar a conhecer a Ivory Therapy, que será



um dos parceiros da app onde poderá utilizar os seus descontos.

Nasceram em 2020 com a pandemia e com o medo que todos nós vivemos, o do desconhecimento sobre o futuro da humanidade. Começaram por criar peças simples de vestuário, onde doavam 100% do que recebiam. A comunidade começou a crescer e foi assim que o projeto ganhou asas.

E assim nasceu a Ivory. Enquanto grupo de indivíduos que sentiu na pele o que é estar sozinho no mundo, decidiram criar a sua primeira campanha sobre saúde mental. Por terem sentido ansiedade e depressão, estavam e estão muito conscientes destas lutas, as de lutar com demónios dentro das suas próprias mentes.

Antes de se conhecerem não sabiam

que existia tanta gente a sofrer do mesmo em solidão e isolamento. Começaram por isso a sua Campanha de Consciência pela Saúde Mental, para combater este estigma.

Continuaram a aprender, a crescer e a entender “as lutas de outros”, trabalharam com pessoas diferentes e a cresceram com elas. E hoje quem consulta o seu site, pode comprar peças de vestuário que dão visibilidade e normalizam a saúde mental.

Também é possível marcarmos uma consulta com um dos seus terapeutas. Acrescentamos o bónus de que, com cada compra, também oferecem uma sessão de terapia gratuita.

Esta sinergia entre saúde mental e Direitos Humanos, é um testemunho do poder transformador que surge quando

duas organizações se comprometem a unir forças pelo bem-estar social. Ao unir forças, estamos a criar não apenas uma ferramenta inovadora para promover o cuidado mental, como também a advogar por questões fundamentais de justiça e igualdade em todo o mundo.

Este é apenas o começo de uma jornada emocionante que promete impactar positivamente a vida de muitos, enquanto construímos juntos um futuro mais compassivo e justo para todos.

A si que se mobiliza, que apoia o trabalho da Amnistia Internacional Portugal agradecemos por estar deste lado, do que cocria um mundo mais equilibrado e com direitos humanos para todos. Fique atento à sua caixa de email onde receberá brevemente informação sobre como aceder à sua app.

ROSTOS DE ATIVISMO

TOMÁS VIEIRA

Tomás Vieira, com 23 anos. É nosso apoiante desde os 18.



Tornaste-te apoiante da Amnistia Internacional Portugal aos 18 anos. O que te levou a tomares este passo?

Pessoalmente acredito que todos os jovens, quando chegam aos 18 anos, querem começar a usar mais a sua voz para ter um impacto no mundo, contudo podem não saber onde começar. No meu caso, tive a sorte de ser abordado na faculdade por uma recrutadora que me guiou a participar também.

Que questões de Direitos Humanos consideras prioritários para a tua geração?

Eu diria que a Liberdade de Expressão e Direito à Habitação são questões que a minha geração luta abertamente para serem respeitadas, continuando o trabalho de também outras gerações. Mesmo que em Portugal possa haver maior liberdade, está sempre em mente o facto de existirem aqueles que não a tenham.

Consideras que têm voz e que vos são dadas respostas?

Acho que sim, temos voz e meios de

comunicar a nossa perspetiva. Dito isto, as respostas dadas nem sempre são satisfatórias ou abordam os receios partilhados na sua totalidade, o que acaba por dificultar um diálogo entre os dois lados.

Como tens acompanhado a evolução da Amnistia nos últimos 5 anos?

Eu tenho feito o possível para estar atento aos assuntos globais e às respostas que a Amnistia Internacional dá a esses assuntos. Eu considero que, mesmo sendo apoiante regular da Amnistia Internacional, é importante ter sempre um ponto de vista separado e pessoal.

A Amnistia Internacional Portugal é uma organização necessária? Porquê?

Acredito que é necessária porque facilita a presença física e ativa da organização no país. Se não houvesse a Amnistia Internacional Portugal, seria muito mais difícil garantir honestidade e respeito aos direitos humanos, pois poderiam haver ocorrências a cair na obscuridade.

Quais as causas com que mais te identificas e porquê?

Sinto que me acabo por focar mais em situações onde os países com maior “poder” acabam por abusar do mesmo, com o conhecimento de que não vão ter consequências devido a terem importância global a níveis económicos e/ou estratégicos.

O que é te levou a ser membro da Amnistia?

Tornei-me membro porque acredito que existe a necessidade de estar envolvido mais ativamente no que a Amnistia faz, nas suas causas e usar a minha voz diretamente.

Numa frase diz-nos o que a Amnistia representa para ti.

Eu diria que a Amnistia representa uma promessa de não deixar assuntos esquecidos, algo muito importante numa altura em que as notícias tradicionais acabam por deixar de seguir tópicos quando algo novo acontece.

EXIJA O CESSAR-FOGO EM GAZA!

ESCREVA AOS SEUS DEPUTADOS

www.amnistia.pt/pazemgaza



PARTICIPE JÁ E LEVANTE A SUA VOZ PELA PAZ.

Enquanto a violência persiste, cada voz conta.
Exija um cessar-fogo imediato ao escrever
uma carta aos nossos governantes.



**AMNISTIA
INTERNACIONAL**





URGENTE UCRÂNIA

ATAQUE RUSSO DESTRÓI O MAIOR HOSPITAL PEDIÁTRICO

AJUDE COM O SEU DONATIVO

Entidade:

Referência Multibanco:

Montante: o que puder

“Ninguém está a salvo nesta interminável campanha de terror da Rússia na Ucrânia”

Anna Wright, Investigadora da Amnistia Internacional

Os ucranianos voltaram a acordar aterrorizados ao som de 40 mísseis russos. Os violentos ataques mataram dezenas e feriram centenas de pessoas, em todo o país, e atingiram importantes instalações médicas em Kiev, como os cinco edifícios de um hospital pediátrico, e ainda uma maternidade.

Na Ucrânia, não existem lugares seguros! Perde-se o futuro de toda uma geração de crianças, milhões de famílias estão isoladas, sem acesso a água, alimentação ou eletricidade, e em perigo constante. **São alvos de uma guerra que não escolheram.** O poder de acabar esta guerra e proteger as crianças e famílias ucranianas está nas suas mãos, **por favor não os abandone!**

AJUDE-NOS A EXIGIR A PROTEÇÃO E QUE SE FAÇA JUSTIÇA!

MB WAY 939 076 340 IBAN: PT50 0036 0103 99100000985 88

Para receber recibo e mais informações desta emergência pedimos que envie o comprovativo do donativo e dados com a referência “AGIR Urgência Ucrânia” para o e-mail info@amnistia.pt.

www.amnistia.pt/urgente-ucrania-ataque-hospital-pediatico

**AMNISTIA
INTERNACIONAL** 